

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)

18 abr 2017 | O Globo | JOSÉ CASADO

Reação impôs a delação

Foi a pressão da sociedade, contou Emílio Odebrecht, que o levou a decidir fazer a "lavagem espontânea de tudo" na megadelação de 77 executivos

Aconteceu numa sexta-feira, duas semanas depois do carnaval de 2016, ele conta: — Fevereiro, 26 de fevereiro, conversei com nosso pessoal e decidimos. Foi a primeira vez ... Um dos seus advogados interrompeu: — 26 e 27 de fevereiro estive em Curitiba... O promotor fica em dúvida sobre a data de início das tratativas com a Procuradoria.

— Me dê um voto de confiança — apela o empresário, cuja fortuna pessoal fora estimada por revista americana em R\$ 13 bilhões, o equivalente a metade do produto Interno Bruto de Sergipe. Acrescentou, enfático: — A decisão foi por convicção. —E o que mudou — perguntam-lhe. — A reação é que nos fez repensar.

A "reação" veio da sociedade. É aquele tipo de lucidez coletiva, censura perceptível na mistura de ecos dos protestos nas ruas, com a frieza da vizinhança e o medo das famílias.

Na própria casa ele assistia à vida se transformar num suplício, com aflições da mulher, Regina, e da filha, Márcia. E na empresa, que voltara a comandar desde a prisão do filho, sem crédito e com os contratos suspensos. Foi decisivo, insistiu Emílio Alves Odebrecht, 72 anos:

— Eu tenho certeza, jamais imaginaríamos que ia ter aqui 77 colaboradores, cada um fazendo (delação) nessa amplitude. Posso lhe afirmar, o que houve foi uma, vamos dizer assim, uma lavagem espontânea de tudo — disse no 15º depoimento daquela terça-feira, 13 de dezembro de 2016, gravado em vídeo numa sala da Procuradoria-Geral da República, em Brasília.

Seu herdeiro, Marcelo, já atravessara o aniversário de 48 anos, Natal, Ano Novo e carnaval na cadeia, onde chegara há seis meses. Varava os dias na cela em disciplina prussiana de exercícios para controlar a labilidade emocional, entre barras de cereais.

Em novembro de 2015, Odebrecht mobilizou sindicatos, centrais trabalhistas e patronais, que remunerava, numa ofensiva para mudar a legislação vigente sobre delação premiada. Foi ao Palácio do Planalto e entregou uma proposta de lei a Jaques Wagner, chefe da Casa Civil do governo Dilma Rousseff.

— Ele entendeu que isso atendia também ao governo.

Em 18 de dezembro, Dilma assinou a Medida Provisória 703, no formato desejado pela Odebrecht :

— Alguns pontos que deveriam ser contemplados, foram, não tenho dúvida.

Não adiantou. O ronco das ruas e a fragilidade do governo fizeram a MP 703/2015 adormecer no Congresso pelos seis meses seguinte. Perdeu a validade em 29 de maio de 2016, quando Dilma já estava longe do poder.

Odebrecht não esperou. Jogou a toalha antes, em fevereiro:

— Nós paramos — lembrou. — Com a reação, recolhemos o flap.

Quiseram, então, saber se Jaques Wagner solicitara alguma ajuda, em contrapartida.

— Não. Até porque nós estávamos muito fragilizados. Eles 'tavam', nós 'távamo' muito mais. Odebrecht começa a rir: — Era o torto pedindo ao aleijado... — diz rindo, sem parar.

Seu advogado tenta contê-lo. Ele abre os braços, sem parar de rir:

— Rapaz, eu tenho que ser Emílio. Se eu não for eu, transparente... Torto pedindo ao aleijado...

Odebrecht ri da própria desgraça, enquanto ouve o incentivo interessado de um representante do Ministério Público:

— Fique à vontade, não se reprima.

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)